

**IX CONGRESSO INTERNACIONAL  
DA BRASA**

**Câmaras Municipais, Partidos e  
Negociações Políticas**

**Mesa Electoral Politics**

**Maria Teresa Miceli Kerbauy**

**GT Estudos Legislativos**

**Tulane University  
New Orleans, Louisiana  
27 a 29 de março de 2008**

## **As Câmaras Municipais na Arena Eleitoral**

Maria Teresa Miceli Kerbauy

As análises sobre o papel do Legislativo têm-se restringido, em geral, à atuação da Câmara dos Deputados e das Assembléias Legislativas (Figueiredo e Limongi, 1999; Santos, 2001; Pereira e Rennó, 2001). É, por exemplo, difícil extrapolar, para o município, as análises efetuadas por Figueiredo e Limongi (1999) a respeito do predomínio do Executivo no processo de formulação de políticas, caracterizado por um padrão corporativo entre os dois poderes.

Embora muitos trabalhos discutam a intermediação de interesses na esfera local – a partir dos Conselhos Municipais ou do orçamento participativo –, parece não haver interesse pela análise do papel das Câmaras Municipais e pela relação entre Executivo e Legislativo. Os estudos de caso disponíveis não exploram as diferenças regionais nem o perfil de comportamento nacional das Câmaras Municipais.

Poucos estudos foram dedicados à atuação do Legislativo municipal, às regras que determinam o processo de interação dos poderes Executivo e Legislativo, às formas como se orientam as ações dos atores políticos do Legislativo local e ao papel desempenhado pelo sistema eleitoral e partidário, e pelas eleições, nas Câmaras Municipais. Os estudos feitos analisam em geral o Legislativo das capitais dos estados (Couto, 1998; Melo, 2005; Bruno, 2005; Teixeira, 2000; Sertzler, 2000). Sobre municípios de pequeno e médio porte, destacam-se as contribuições de Carneiro e Almeida (2005), Jofre (2003), Avila Filho (2004) e Souza (2004).

O objetivo deste texto é analisar a relação entre o sistema partidário local e as Câmaras Municipais, assim como o seu papel na arena eleitoral, procurando dimensionar a importância das organizações partidárias locais. Nossa análise se concentrará nas coligações eleitorais

locais e nas estratégias partidárias que contribuem para definir a relação Executivo/Legislativo.

Os poucos estudos que se debruçaram sobre o papel das Câmaras Municipais na arena eleitoral valeram-se, em geral, do argumento da fragilidade dos partidos e do papel das legendas para atender projetos pessoais, sem atentar para as coligações, para as migrações partidárias ou, até mesmo, para a volatilidade eleitoral. Ou para o modo como se estrutura o jogo eleitoral, uma vez que são as eleições proporcionais aquelas que têm maior número de candidatos e maior custo de informação para o eleitor – diferentemente das eleições para o Executivo local, que são majoritárias (cf. Lavareda, 1991). Poucos enfocaram o papel das organizações partidárias nas eleições municipais e, menos ainda, o papel das Câmaras Municipais na arena eleitoral.

Apesar de alguns estudos mostrarem a importância das organizações partidárias locais para as eleições presidenciais (Ames, 1994) e para o Legislativo federal (Pereira e Rennó, 2001), não foram feitas análises sobre a relação entre o sistema partidário e as Câmaras Municipais e a decorrente conexão eleitoral.

O debate sobre o “comportamento do Legislativo” no Brasil se estabelece em duas correntes caudatárias da literatura internacional.

Segundo Ames (2003), as instituições políticas criam incentivos para estimular os políticos a maximizarem seus ganhos pessoais e a se concentrarem em obter projetos de obras públicas para eleitores localizados. As Câmaras Municipais seriam o exemplo mais extremado dessa situação, ao exagerar a orientação individualista e fisiológica desempenhada pelos vereadores, em detrimento do impacto dos partidos políticos na arena eleitoral.

Em direção contrária a essa análise, Figueiredo e Limongi (1999) e Amorin Neto e Santos (2001) questionam esse consenso – tomando como base os efeitos da centralização decisional e os poderes de legislar do presidente brasileiro – e afirmam que o comportamento dos

parlamentares no Congresso não aponta para a fraqueza ou fragmentação do nosso sistema eleitoral.

Caetano (2005), em um dos poucos estudos sobre a existência de incentivos à ação partidária nas Câmaras Municipais, aponta para o respeito que, no momento da votação, os parlamentares têm à orientação dos líderes dos partidos aos quais estão filiados, o que os constringe a atuarem em bases partidárias.

Ao contrário do que mostram os estudos feitos para as esferas federal e estadual – indicando a recuperação da importância dos partidos –, as pesquisas realizadas na esfera local apontam para o desprestígio da função de coordenação exercida pelos partidos, ao mesmo tempo em que se ressalta a atuação do prefeito como o maior detentor de poder no processo legislativo, responsável por individualizar a negociação política e desconsiderar totalmente o papel da organização partidária.

### **Municípios e Eleitores na Arena Eleitoral**

Nossa análise se concentra em 42 municípios do Estado de São Paulo, em 19 municípios do Estado de Santa Catarina e em 12 municípios do Estado de Alagoas, procurando analisar as possíveis diferenças estaduais e regionais,<sup>1</sup> uma dimensão praticamente ignorada nas análises sobre o governo local.

A escolha dos estados que comporiam a nossa amostra levou em conta o contingente populacional urbano e rural: 46,96% da população total do Estado de Alagoas vive na zona rural; no Estado de Santa Catarina, 27,06% de sua população total habita a zona rural; e, para o Estado de São Paulo, apenas 0,70% de sua população mora na zona rural.

Um outro critério considerado tomou como base que os municípios escolhidos são sedes de divisões regionais. Para o Estado de Alagoas, excetuando a capital (Maceió), apenas dois dos 12 municípios-

---

<sup>1</sup> Alagoas possui 102 municípios, Santa Catarina, 293 e São Paulo, 645.

sede (Palmeira dos Índios e União dos Palmares) têm mais de 50 mil habitantes. Para o Estado de Santa Catarina, excetuando a capital (Florianópolis), dez dos 19 municípios-sede têm mais de 50 mil habitantes: Chapecó, Concórdia, Canoinhas, São Bento do Sul, Joinville, Lages, Blumenau, Itajaí, Tubarão, Criciúna. Desses, seis municípios têm mais de 100 mil habitantes. Para o Estado de São Paulo, excetuando a capital (São Paulo), 37 dos 42 municípios-sede têm mais de 50 mil habitantes, e 20 municípios têm mais de 100 mil habitantes (Tabela 1).

**Tabela 1**  
**População residente nos municípios sedes de regiões de governo dos Estados de Alagoas, Santa Catarina e São Paulo**

Por mil / habitantes	Alagoas	Santa Catarina	São Paulo
5   ----- 10		1	
10   ----- 20	2	1	
20   ----- 50	5	7	4
50   ----- 100	4	5	13
100   ----- 200	1	3	13
200   ----- 500		2	9
+ de 500			3
Total	12	19	42

Fonte: IBGE.

O significado político das escolhas eleitorais reveste-se de especial importância quando se observa a evolução numérica do eleitorado da capital e do interior nos estados analisados nessa pesquisa: o número de eleitores nesses estados praticamente dobrou entre 1996 e 2004 (Tabela 2).

**Tabela 2**  
**Eleitorado Interior/Capital – Alagoas, Santa Catarina, São Paulo –**  
**1998/2004**

Estados	1998				2002				2004			
	Interior	%	Capital	%	Interior	%	Capital	%	Interior	%	Capital	%
Alagoas	1.043.348	75,41	340.252	24,56	1.184.075	74,00	416.017	26,00	1.327.382	75,03	441.868	24,97
Santa Catarina	3.294.234	93,67	222.577	6,33	3.561.970	93,29	256.004	6,71	3.723.403	93,16	273.425	6,84
São Paulo	16.189.692	69,42	7.131.342	30,58	18.125.956	70,64	7.531.597	29,36	19.283.510	71,28	7.771.503	28,72

Fonte: TSE.

Apesar da diferença numérica marcante entre o eleitorado da capital e o do interior – especialmente em Santa Catarina –, vale destacar a força decisiva do eleitorado da capital na eleição dos governadores dos três estados.

O governador de Alagoas, Ronaldo Lessa, eleito em 1998 pelo PSB, foi reeleito em 2002 pelo mesmo partido. Em São Paulo, Mário Covas – o governador eleito em 1998 e falecido durante o mandato – foi substituído pelo vice-governador, Geraldo Alckmin, reeleito em 2002, ambos do PSDB. Esperidião Amim venceu as eleições para governador de Santa Catarina, em 1998, pelo PPB, mas foi derrotado em 2002 por Luiz Henrique de Silveira, que concorreu pelo PMDB.

A Tabela 3 mostra o desempenho dos partidos, na eleição para prefeitos no período de 1996, 2000 e 2004, nas cidades da amostra.

**Tabela 3**  
**Partidos dos Executivos Locais em Alagoas, Santa Catarina e São Paulo – 1996 a 2004**

Partidos	ALAGOAS			SANTA CATARINA			SÃO PAULO		
	1996	2000	2004	1996	2000	2004	1996	2000	2004
PMDB	4	5	3	7	3	6	4	4	6
PT				2	5	3	9	9	6
PPB (PP)				4	5	3	2	2	1
PFL				2	4	5	3	3	6
PDT		2	2				2	2	3
PSDB	4	4	1	1	2	2	15	15	15
PSB	2	1	2				1	1	
PSN	1								
PTdoB	1	1							
PTB		1	4				3	3	1
PPS							2	2	3
PV							1	1	0
PL									1
Total	12	12	12	19	19	19	42	42	42

Fonte – TSE.

Os três estados mostram particularidades no que diz respeito ao desempenho partidário. Em Alagoas, o partido do governador (o PSB) não tem conseguido fazer a maioria dos prefeitos (em sua maioria do PMDB e do PSDB). Em Santa Catarina, a relação confirma a influência – nas eleições para o executivo municipal – do governador e do partido ao qual está filiado, sendo o PMDB e o PPB/PP os partidos que mais elegeram prefeitos, seguidos pelo PFL. Em São Paulo, numa disputa com o PT para eleger os executivos nos municípios, é nítida a influência do PSDB.

Santa Catarina é o estado cuja filiação dos executivos municipais está concentrada nos grandes partidos, apresentando a menor fragmentação partidária. Em Alagoas e São Paulo, a filiação partidária dos prefeitos é mais pulverizada, chegando os pequenos partidos até mesmo a apresentar uma certa expressão eleitoral. Essas diferenças regionais só poderão ser mais bem caracterizadas através do aprofundamento das particularidades da história político-partidária destes estados.

A análise do desempenho dos partidos nas eleições para o Legislativo local mostra que, em relação à filiação partidária dos ocupantes dos legislativos municipais, Alagoas e São Paulo apresentam a maior fragmentação partidária, conforme pode-se observar pela Tabela 4.

**Tabela 4**  
**Partidos dos Legislativos Locais em Alagoas, Santa Catarina e São Paulo – 1996 a 2004**

Partidos	ALAGOAS			SANTA CATARINA			SÃO PAULO		
	1996	2000	2004	1996	2000	2004	1996	2000	2004
PFL	19	17	41	54	59	33	97	61	53
PPS	1	15	7	1	10	6	11	48	43
PSB	12	19	15		2	2	17	29	28
PSDB	19	17	11	21	23	23	148	134	117
PT	4	5	4	24	42	30	80	116	87
PDT	6	21	12	24	11	12	41	60	34
PL		5	7	3	3	6	36	39	34
PMDB	27	23	13	111	79	51	124	98	60
PPB/PP	5	2	9	62	74	36	102	67	27
PSDC			22				10	5	6
PTB	15	5	24	4	7	5	62	65	49
PMN	8		7	2		1	12	5	8
PRONA			4					3	4
PRTB		2	1				2	3	2
PTdoB	4	1	5		1		5	5	3
PCdoB		2	3	2	3	4	9	9	6
PV	3	1	2		2	1	6	19	14
PRP	8	8	4			1	15	5	2
PSC	10	1	1		2		7	10	6
PSL		4	2	3	5	2	14	4	3
PTC			4						2
PHS		2	1					4	4
PTM		3	1				2	1	
PST	3	5						6	

Fonte: TSE.

Nos municípios de Santa Catarina, a representação partidária é mais concentrada, e os partidos de maior expressão são PMDB (partido do governador), PFL, PPB/PP e PSDB. Os pequenos partidos ocupam pouco espaço na arena eleitoral.

Em Alagoas, além de a representação partidária ser mais pulverizada, os partidos médios dividem o Legislativo com os grandes



partidos: PTB, PSB (partido do governador), PDT, PSDB e PMDB. O PT tem pouca expressão nas Câmaras Municipais de Alagoas.

São Paulo é o estado em que se verifica a maior pulverização partidária. Apesar disto, os grandes partidos têm uma representação significativa: PSDB (partido do governador) tem a maior representação, seguido pelo PT, PFL, PMDB e PPB/PP.

A competição entre PSDB e PT é nítida, como se pode verificar pela análise da base partidária dos vereadores nos municípios de São Paulo – um fato que não se repete nos outros estados estudados.

A representação partidária nos legislativos locais, nos estados analisados, mantém relação estreita com a representação partidária nos executivos locais e estaduais, apontando para a importância e a influência dos partidos aos quais se filiam os executivos locais e estaduais nas eleições para as Câmaras Municipais. O caso de Alagoas é emblemático, pois o PSB, partido do governador, apesar de não ter uma grande expressão nacional, consegue eleger um número significativo de vereadores.

De maneira geral, e nos três estados, os grandes partidos (PMDB, PSDB, PT, PFL) têm maiorias expressivas nas Câmaras Municipais, seguidos pelo PPB/PP, PTB e PDT. Isto nos permite supor que há uma coordenação partidária nesta esfera, fato que aponta para a existência de uma grande competição efetiva.

O interesse e a mobilização dos eleitores, nas eleições municipais, são outros indicadores importantes da relação entre Executivo e Legislativo. A porcentagem de votos válidos nas eleições para o Executivo e a porcentagem de votos válidos nas eleições para o Legislativo tornam-se cada vez mais próximas, a partir das eleições de 2000, o que pode ser explicado pela introdução das urnas eletrônicas.

Não existe diferenças significativas de comparecimento nos municípios com maior ou menor número de eleitores (Tabela 5).

**Tabela 5**  
**Eleitorado, Comparecimento e votos válidos – 1996-2004. Alagoas**

Alagoas	Eleitorado			Comparecimento			Votos Válidos Prefeito			Votos Válidos Vereadores		
	1996	2000	2004	1996	2000	2004	1996	2000	2004	1996	2000	2004
Água Branca	9.284	11.527	12.956	81,04	77,44	79,79	91,27	89,43	90,86	86,28	95,22	94,02
Arapiraca	68.775	92.842	104.269	85,02	83,14	84,32	88,82	89,39	90,06	87,09	95,35	95,23
Batalha	7.519	8.864	10.216	80,30	82,01	77,54	95,41	92,64	91,33	85,21	94,53	96,86
Delmiro Gouvea	23.524	26.993	30.708	78,84	76,34	79,45	91,13	89,20	92,86	86,81	94,34	96,24
Maragogi	8.004	10.621	13.482	83,53	85,05	85,47	93,06	89,67	91,92	81,04	94,82	95,68
Palmeira dos Índios	31.301	36.113	44.934	78,90	78,49	80,00	90,62	90,91	92,14	85,12	95,50	95,60
Penedo	24.769	26.807	34.341	79,97	78,85	80,42	89,61	90,30	93,17	81,68	95,01	96,43
Santana de Ipanema	18.078	23.401	26.768	82,25	82,81	84,05	92,68	90,22	90,28	85,37	94,54	95,68
São Luís de Quietude	13.032	16.640	18.874	82,06	80,09	81,61	89,99	87,72	90,43	80,15	94,28	95,17
São Miguel dos Campos	25.076	28.739	30.244	90,96	79,78	88,88	87,29	91,09	92,92	74,59	94,30	95,32
Traipu	12.030	14.294	16.653	84,72	80,71	83,61	91,97	90,23	91,67	85,92	94,46	95,43
União dos Palmares	27.100	30.164	35.226	75,97	74,68	78,10	86,47	88,35	89,20	76,29	93,49	94,93

Fonte: TSE – Tribunal Superior Eleitoral

**Tabela 5**  
**Eleitorado, Comparecimento e votos válidos – 1996-2004. Santa Catarina**

Santa Catarina	Eleitorado			Comparecimento			Votos Válidos Prefeito			Votos Válidos Vereadores		
	1996	2000	2004	1996	2000	2004	1996	2000	2004	1996	2000	2004
Alfredo Wagner	6.817	6.772	7.123	88,62	91,51	92,83	97,12	96,40	96,73	94,07	95,89	97,11
Araguariá	33.804	36.172	39.847	87,29	88,10	88,73	97,05	96,51	96,70	94,20	96,91	97,55
Blumenau	154.398	173.085	194.433	88,53	89,78	89,46	95,24	94,21	95,27	88,65	95,22	94,90
Canoinhas	34.422	35.086	37.053	83,41	84,85	87,03	93,99	94,74	96,42	89,89	94,87	96,14
Chapecó	78.281	89.147	101.982	84,26	86,18	88,12	96,57	96,59	96,36	92,69	94,45	96,54
Concórdia	40.428	44.298	47.507	88,28	88,82	87,83	97,29	97,01	96,78	94,19	95,64	96,13
Criciúna	101.730	111.448	122.978	87,36	89,03	88,28	95,46	96,86	60,97	91,40	95,98	96,57
Curitibanos	24.892	26.662	27.764	82,63	80,97	84,86	95,07	94,98	94,64	89,53	93,85	95,66
Itajaí	86.242	95.564	106.121	84,98	87,41	88,64	96,02	96,41	95,34	89,51	95,42	96,41
Ituporanga	13.728	14.481	15.562	88,60	91,53	91,81	96,81	97,73	97,73	95,42	97,80	98,01
Joaçaba	16.340	17.802	18.899	86,66	85,74	87,41	96,46	95,93	95,93	94,13	96,74	97,59
Joinville	242.932	269.536	302.930	86,76	89,46	89,73	94,82	95,68	95,63	90,38	95,27	95,71
Lages	94.640	100.906	107.177	82,93	85,08	85,97	95,98	96,80	96,39	89,37	95,07	96,70
Rio do Sul	33.055	36.328	39.748	84,44	88,16	89,30	92,16	96,07	97,24	95,74	96,72	97,28
São Bento do Sul	36.586	42.214	49.206	88,99	91,35	91,21	88,47	95,66	96,65	94,26	95,76	96,60
São Miguel do Oeste	21.296	23.017	24.177	79,49	78,74	83,91	96,83	96,14	96,32	93,21	97,02	97,08
Tijucas	15.717	17.628	19.684	86,96	89,31	89,91	93,63	97,42	95,98	96,71	96,54	97,44
Tubarão	55.047	59.880	65.702	87,77	89,53	89,07	92,39	94,86	95,29	95,46	96,84	96,99
Xanxerê	25.206	26.133	27.637	83,95	85,42	87,05	97,56	97,21	96,71	93,19	95,09	97,16

Fonte: TSE – Tribunal Superior Eleitoral

**Tabela 5**  
**Eleitorado, Comparecimento e votos válidos – 1996-2004. São Paulo**

São Paulo	Eleitorado			Comparecimento			Votos Válidos Prefeito			Votos Válidos Vereadores		
	1996	2000	2004	1996	2000	2004	1996	2000	2004	1996	2000	2004
Adamantina	23.715	24.575	25.818	79,89	81,05	81,21	90,26	91,30	94,27	83,98	92,42	93,79
Andradina	37.913	38.970	40.983	81,50	82,45	81,56	92,23	93,63	90,83	88,14	95,05	93,68
Araçatuba	105.910	115.043	125.081	85,37	85,24	83,39	90,67	93,09	93,38	85,12	95,01	95,48
Araraquara	107.477	117.956	131.688	88,16	87,53	86,06	90,39	93,37	91,82	82,74	92,25	92,47
Assis	53.661	58.563	62.956	85,32	84,43	83,01	88,60	92,69	76,62	85,54	94,30	94,52
Avaré	41.360	45.433	52.683	86,16	86,23	84,60	91,98	91,62	93,68	83,36	94,01	94,58
Barretos	63.395	68.239	75.111	84,95	85,63	84,62	91,56	92,53	95,55	87,71	94,51	95,79
Bauru	171.282	195.967	218.146	86,65	87,07	84,36	79,01	92,50	93,68	87,89	92,03	92,01
Botucatu	61.753	68.389	78.093	86,17	87,34	85,01	84,78	91,37	89,12	78,67	91,80	90,69
Bragança Paulista	69.352	79.530	93.835	87,06	88,43	86,29	88,33	90,10	93,28	80,17	92,37	94,17
Campinas	562.283	624.527	672.317	86,35	85,04	83,30	88,53	90,47	91,07	84,93	89,68	92,03
Caraguatã-tuba	39.724	49.014	59.653	82,68	85,38	82,94	89,80	91,52	91,69	85,71	94,86	95,02
Catanduva	57.686	64.847	73.755	89,33	89,33	88,02	83,69	94,60	94,08	92,40	93,20	95,03
Cruzeiro	47.271	50.157	53.734	87,89	88,21	86,63	86,27	94,05	92,13	90,22	91,55	94,29
Dracena	28.010	30.360	32.264	82,06	81,78	80,60	86,92	94,41	92,76	94,41	88,98	89,33
Fernandópolis	37.426	41.945	45.620	85,13	86,21	84,12	86,94	94,85	94,21	93,59	92,83	95,61
Franca	150.206	168.413	193.907	90,14	89,84	87,64	85,19	93,42	92,37	92,14	92,23	93,48
Guaratininguetá	64.713	69.845	77.958	87,74	88,14	86,51	84,85	94,56	94,21	90,38	92,90	95,01
Itapetininga	65.255	73.920	84.511	86,11	86,09	85,94	80,03	90,50	93,20	90,26	88,12	94,45
Itapeva	45.726	49.692	57.191	85,30	85,20	85,21	83,50	94,63	93,61	91,04	90,94	96,47
Jales	28.425	31.955	35.185	83,80	84,59	82,63	89,07	93,47	93,68	93,78	93,39	94,14
Jaú	64.894	72.246	81.983	90,18	90,24	88,55	81,67	93,46	94,00	93,59	92,74	94,21
Jundiaí	198.411	221.021	241.007	89,50	88,33	87,88	84,91	91,42	89,91	85,53	89,24	91,99

Limeira	139.724	154.867	171.815	90,49	89,29	87,05	85,31	91,72	91,48	92,96	91,90	91,93
Lins	41.060	44.833	49.093	84,19	83,94	81,67	88,98	92,25	48,63	85,48	93,40	92,94
Marília	110.510	125.327	141.159	85,56	85,67	83,78	88,23	87,14	89,35	83,03	91,82	92,64
Ourinhos	50.507	57.648	67.004	85,45	85,80	84,65	91,42	91,45	93,64	84,97	94,04	95,29
Piracicaba	180.366	204.287	230.483	89,23	89,29	87,11	89,17	90,83	93,00	81,39	92,06	92,34
Presidente Prudente	118.657	131.945	144.010	85,27	84,16	83,15	94,28	91,37	94,66	87,00	94,84	93,95
Registro	32.321	35.593	38.774	79,67	79,63	80,55	90,85	91,98	92,79	80,10	95,06	96,47
Ribeirão Preto	285.158	323.564	359.391	87,40	86,93	84,49	92,50	92,78	79,78	89,32	92,67	92,61
Rio Claro	97.328	107.432	120.295	88,25	88,25	86,29	86,98	89,69	88,34	81,10	90,67	91,13
Santos	322.236	327.179	276.251	84,36	85,72	93,04	93,12	95,02	94,63	86,70	92,75	92,71
Santos Carlos	110.386	122.707	140.153	88,82	88,42	86,99	91,46	93,10	93,58	85,13	92,88	91,88
São João da Boa Vista	45.715	51.186	57.060	88,56	88,21	86,24	86,80	92,50	94,02	82,06	93,33	94,29
São Joaquim da Barra	24.574	27.304	30.718	88,93	89,45	88,06	92,85	94,72	95,09	87,80	95,64	95,97
São José do Rio Preto	196.349	228.801	255.329	86,93	87,47	85,07	90,87	94,26	94,18	89,54	94,19	92,45
São José dos Campos	282.388	321.931	377.700	86,80	87,17	86,43	89,67	94,01	95,49	87,89	95,05	95,50
Sorocaba	256.886	302.072	348.483	88,32	89,34	87,94	88,46	92,86	93,53	85,29	91,90	91,97
Taubaté	135.152	151.104	169.822	88,50	88,81	86,18	90,99	93,21	93,60	85,97	93,02	93,36
Tupã	40.786	43.967	46.397	83,90	81,28	81,31	93,32	89,62	91,75	84,37	93,24	93,91
Votuporanga	42.354	48.403	55.239	85,94	87,02	84,64	92,16	91,40	93,33	86,48	94,51	93,85

Fonte: TSE – Tribunal Superior Eleitoral

## **Coligações Eleitorais Municipais**

A premissa da fragmentação partidária no Brasil encontra respaldo na observação da prática de coligações eleitorais.<sup>2</sup> A análise deste fenômeno nas eleições proporcionais mereceu a atenção de vários autores: Soares (1973), Souza (1990), Lima Jr. (1983) e Lavareda (1991), especialmente para os cenários federal e estadual.

Pouca atenção se deu às coligações eleitorais na esfera municipal. Nas poucas vezes em que são mencionadas, consideram-se como estratégias pessoais dos candidatos a vereadores, sem nenhum compromisso partidário.

O que pretendemos apontar é que, nos municípios, as coligações tornam-se instrumento fundamental na montagem das estratégias partidárias nacionais e estaduais, com forte vinculação entre a eleição majoritária (para prefeito) e a eleição proporcional (para a Câmara dos Vereadores).

Segundo Lavareda (1991, p. 20), a eleição proporcional é apenas uma das faces do jogo político. “Os partidos são bem-vindos nas alianças e coligações proporcionais, desde que, em contrapartida, colaborem na sustentação dos candidatos majoritários, lançados pelos grandes partidos. Esse apoio se traduz em recursos humanos e econômicos para a campanha eleitoral, e em aumento do tempo de propaganda eleitoral gratuita nos meios de comunicação”. Isso assegura aos municípios mais governabilidade, uma vez que garante ao prefeito eleito maioria na Câmara Municipal. A suposta racionalidade percebida nas coligações eleitorais constitui um aspecto do comportamento partidário, que visa a maximizar o apoio eleitoral.

A dimensão da racionalidade dos partidos políticos na formação de alianças eleitorais enfraquece o poder explicativo de outras

---

<sup>2</sup> O Código Eleitoral de 1950 permitia as coligações – denominadas, então, de ‘alianças’. O Código Eleitoral de 1965 proibiu as alianças para as eleições proporcionais. A Lei nº 7454 de 30/12/85 permite as coligações. A Lei nº 9504 de 30 de setembro de 1997 manteve os mecanismos das coligações.

variáveis, tais como a base social (urbano/rural) e a base ideológica (esquerda/direita).

A hipótese de Lima Junior (1983) é de que a disposição aliancista é controlada pelo contexto da competição política em cada cenário estadual. Segundo ele, isto teria reflexo nas eleições para o Executivo-Legislativo municipal, construindo-se uma cadeia de interesses e apoios partidários, da qual as eleições para a Câmara Municipal constituiriam um elo importante.

O apoio dos governadores aos prefeitos nas coligações eleitorais de 2004 pode ser observado na Tabelas 6.

**Tabela 6**  
**Apoio dos Governadores e Coligações Eleitorais para o Executivo Local. 2004**

	<b>Alagoas</b>	<b>Santa Catarina</b>	<b>São Paulo</b>	<b>Total</b>
Apoio dos Governadores	4	10	18	32
Coligações com o Partido do Governador	2	6	15	23
<b>Total de Municípios</b>	<b>12</b>	<b>19</b>	<b>42</b>	<b>73</b>

Fonte: TSE – Tribunal Superior Eleitoral.

As peculiaridades partidárias verificada em cada estado podem ser observadas a partir destes dados. Dos candidatos de 4 municípios, que receberam o apoio do governador de Alagoas, dois pertenciam ao PSB. Nos outros dois casos, o partido do governador entra na coligação do partido do prefeito, o PDT.

Em Santa Catarina, os candidatos de 10 municípios tiveram o apoio do governador, dos quais seis eram filiados ao PMDB. Os outros apoios foram dados aos prefeitos pertencentes aos quadros do PT (2), PP (1) e PSDB (1).

O governador de São Paulo apoiou 19 prefeitos. Destes, 16 eram do PSDB. Os outros apoios foram dados para prefeitos do PFL (1) e PMDB (2), sendo que o partido do governador entra na coligação do prefeito.

O que se pode observar é que os prefeitos são, em sua maioria, filiados a partidos nacionalmente relevantes (ver anexo I). São eles os que mais se beneficiam das coligações para o Executivo local, o que aponta para um complexo jogo de coordenação eleitoral, que passa ao mesmo tempo pelas competições municipal, estadual e federal. Esse jogo fortalece e nacionaliza os grandes partidos a partir da capilaridade municipal, contribuindo para garantir vantagens competitivas, nas disputas majoritárias, para um número reduzido de legendas (Braga, 2006, p. 244).

Qual a lógica das coligações para o Executivo local? Uma explicação poderia ser que, nas eleições majoritárias, os partidos menores oferecem aos seus parceiros: votos, apoio logístico, apoio organizacional e mais tempo no horário eleitoral gratuito.

Nossa hipótese é de que os prefeitos e seus partidos, ao formarem as coligações, na realidade estão pensando em construir apoios e maioria na Câmara Municipal, pois sem isso a governabilidade do município ficaria na dependência de extensas negociações partidárias e pessoais.

A análise das coligações eleitorais para as eleições proporcionais municipais apresenta um quadro diferente de estado para estado, relacionado provavelmente às especificidades eleitorais dos partidos que organizam as eleições estaduais. Mesmo os partidos nacionalmente fortes não têm força eleitoral igualmente distribuída pelo país. É o chamado federalismo partidário (Nicolau, 1996). As coligações, assim, beneficiam os maiores partidos nacionais em estados onde são eleitoralmente fracos.

Os dados da pesquisa mostram que todos os prefeitos eleitos nos municípios estudados concorreram contando com a força de uma coligação da qual faziam parte grandes, médios e pequenos partidos – isso com uma frequência maior do que a registrada para as eleições estaduais e federais.



E o que é que motiva o estabelecimento de coligações para as eleições majoritárias municipais e que se repetirão nas eleições proporcionais? Trata-se de um *mecanismo de sobrevivência partidária* ou de um *jogo de coordenação política* para garantir ao prefeito a convivência adequada com as Câmaras Municipais e, portanto, a governabilidade?

As coligações estabelecidas nas eleições majoritárias municipais e que se repetem nas eleições proporcionais locais apontam para uma estratégia partidária que permite (1) aos pequenos partidos se aliarem aos grandes e médios a fim de conseguirem representação, mas também (2) ao prefeito eleito ter uma base de vereadores.

Como se pode observar pelos dados da Tabela 7, a seguir, um número reduzido de legendas pode garantir vantagens competitivas nas eleições majoritárias, mas não é suficiente para garantir a maioria da representação nas eleições proporcionais.

**Tabela 7**  
**Tamanho dos Partidos e Candidatos a Vereador eleitos pela coligação do Prefeito – Alagoas, Santa Catarina, São Paulo - 2004**

<b>Partidos</b>	<b>Estado</b>	<b>Alagoas</b>	<b>Santa Catarina</b>	<b>São Paulo</b>
Grande		3 8,82% PMDB, PSDB	14 15,38% PMDB, PT, PSDB	27 13,63% PSDB, PMDB, PFL
Médios		10 29,41% PTB, PL, PPS, PDT, PSB	17 18,68% PTB, PL, PPS, PDT, PP	49 24,74% PPS, PSB, PTB, PDT, PP, PL
Pequenos		11 32,35% PTC, PMN, PC do B, PRTB, PRP	3 3,29% PMN, PRP, PC do B	20 10,10% PSDC, PMN, PRONA, PTC, PC do B, PRP, PSC, PSL, PSDC, PT do B
Vereadores eleitos pelo Partido do Prefeito		10 29,41% PSB, PMDB, PDT, PTB, PSDB	57 62,63% PMDB, PP, PFL, PT, PSDB	102 51,51% PFL, PPS, PT, PL, PDT, PSDB, PMDB, PP, PTB
<b>Total</b>		<b>34 32%</b>	<b>91 44,82%</b>	<b>198 36,66%</b>
<b>Total de vereadores eleitos</b>		<b>106</b>	<b>203</b>	<b>540</b>

Fonte: TSE – Tribunal Superior Eleitoral.

Em Alagoas, onde a competição partidária é maior e os pequenos partidos conseguem um número maior de cadeiras – ultrapassando os partidos maiores e os partidos do prefeito eleito –, os prefeitos de apenas 4 municípios (Penedo, São Luís do Quitute, Batalha e São Miguel dos Campos) não conseguiram eleger nenhum vereador. Em Santa Catarina, todos os prefeitos elegeram candidatos. Em São Paulo, apenas os prefeitos de dois municípios (Fernandópolis e Franca) não conseguiram eleger seus candidatos. Coincidentemente, é em Santa Catarina que a coligação do prefeito elege o maior número de vereadores.

Em Alagoas, os pequenos partidos foram beneficiados nas eleições proporcionais. Em Santa Catarina e em São Paulo, foram os médios partidos que obtiveram maior representação.

Os grandes partidos também não obtiveram vantagens eleitorais ao entrarem na coligação do prefeito, apesar da possibilidade de as coligações registrarem um número maior de candidatos.

Os dados obtidos mostram, mesmo, que quem obtém a maior vantagem é o partido do prefeito, que consegue eleger um número expressivo de vereadores para a Câmara Municipal (guardadas as exceções) – levando-se em conta o tamanho do distrito eleitoral –, numa estratégia montada visando a reduzir o risco de perder a eleição e a garantir a maioria na Câmara Municipal.

Assim é que nossa hipótese firma-se no princípio de que é na arena eleitoral que a relação Executivo/Legislativo local começa a ser definida.

A forma como os arranjos eleitorais se estruturam nas eleições majoritárias e proporcionais locais – especialmente através das coligações – é que vai definir as estratégias de relacionamento entre Executivo e Legislativo local e a cadeia de interesses partidários estaduais.

Diferentemente do que tem sido apontado, a competição eleitoral para o Legislativo e os partidos que saem vitoriosos deste processo são fundamentais para que se entenda o comportamento das Câmaras Municipais – as quais, de olho na competição eleitoral, não podem ter uma atuação exclusivamente individualista e clientelista.

Com o foco nas coligações partidárias municipais, o que aqui apresentamos é um caminho para a análise da importância do Legislativo local na arena eleitoral. Outras variáveis – tais como a migração ou a reeleição – poderão talvez ampliar essa perspectiva.

## Bibliografia

- ABRUCIO, F. L. e COUTO, C. G. A redefinição do papel do Estado no âmbito local. *São Paulo em Perspectiva*, v.10, n. 3, São Paulo, jul./set. 1996, p. 3-143.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares; CARNEIRO, Leandro Piquet. Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. *Opinião Pública*, v.9, n.1, Campinas, maio/2003, p. 21-42.
- AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- AMES, Barry. A Organização partidária Local nas Eleições Presidências de 1989. *Dados*, v.37, n.1, 1994, p. 5-42.
- AMORIN Neto, O. e SANTOS, F. A conexão presidencial: facções pró e antigoverno e disciplina partidária no Brasil. *Dados*, v.44, n.2, 2001, p. 201-321.
- ANDRADE, Régis de Castro (Org.). *Processo de governo no município e no Estado*. São Paulo: Edusp, 1998.
- AVELINO Filho, George. Cliente e política no Brasil, revisitando velhos problemas. *Novos Estudos*, n.38, São Paulo, mar./1994, p. 225-240.
- ÁVILA Filho, P. e outros. Legislativo municipal e intermediação de interesses: notas de pesquisa. *4º Encontro da ABCP*, 2004. CD-Rom.
- AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise dos orçamentos participativos no Brasil. IN: SOUZA SANTOS, Boaventura de (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização, 2002.
- BOSCHI, Renato. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, v.42, n.4, Rio de Janeiro, 1999, p. 569-808.
- BRAGA, M. do S. Dinâmica de coordenação eleitoral em regime presidencialista e federativo: determinantes e conseqüências das coligações partidárias no Brasil. In: SOARES, G. A. D. e RENNÓ, L. R. (Org.). *Reforma Política. Lições da História Recente*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 14.ed., Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2003 (Atualizada pelo EC 40).

- CAETANO, Bruno. Executivo e Legislativo na esfera local. *Novos Estudos Cebrap*, n.71, março 2005, p. 101-125.
- CARNEIRO, L. P. e ALMEIDA, M. H. T. *Eleições para Câmaras Municipais, migrações partidária e formação de governos: a constituição dos sistemas partidários locais no Brasil*. Texto apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS, GT Estudos Legislativos, Caxambu, 2005.
- CORADINI, Odaci Luiz. *Em nome de quem? Recursos Sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. Negociação, decisão e governo: padrões interativos na relação Executivo-Legislativo e o caso paulistano. In: ANDRADE, Régis de Castro (Org.). *Processo de governo no município e no Estado*. São Paulo: Edusp, 1998.
- DOWNS, A. *An economic theory of democracy*. New York: Wiley, 1957.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- FIORINA, Morris. *Congress Keytone of the Washington establishment*. New Haven, Yale, University Press, 1989.
- JOFFRE Neto. O Legislativo e o poder local. In: BENEVIDES, M. V. e outros (Org.). *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. *A morte dos coronéis: política interiorana e poder local*. Araraquara: Laboratório Editorial/Unesp, 2000.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Federalismo, descentralização e democracia. *Estudos de Sociologia*, n.10, ano 6, 1º semestre de 2001, p. 51-62.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As Câmaras Municipais Brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opinião Pública*, Campinas, v.2, p. 337-365, 2005.
- LAVAREDA, J. A. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LIMA Junior, Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MAINWARING, Scott P. *Sistemas partidários em novas democracias. O caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/Mercado Aberto, 2001.

MARENCO DOS SANTOS, André. Nas fronteiras do campo político: raposas e *outsiders* no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.33, São Paulo, 1997, p. 87-101.

MELLO, Marcus André. Municipalismo, *nation-building* e a modernização do estado no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n.23, out./1993, p. 8-100.

MELO, Marcus André. Instituições orçamentárias municipais e o processo legislativo em Recife – 1988-2000. In: LUBAMBO, Catia e outros (Org.). *Desenho Institucional e Participação Política: experiências no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

MENEGUELO, R. *Partidos e governo no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MESSEMBERG, Débora. *A elite parlamentar do pós-constituente: atores e práticas*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

NUNES, Edson. *A gramática política no Brasil. Clientelismo e insulamento democrático*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

PACKENHAM, Roberto A. Como o Legislativo ajuda ou não o desenvolvimento: um enfoque e algumas hipóteses. In: MENDES, Cândido (Org.). *O Legislativo e a tecnocracia*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

PEREIRA, Carlos & RENNO, Lucio. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v.44, n.2, Rio de Janeiro: 2001, p. 323-362.

PRALON, Eliana M. e FERREIRA, Gabriela Nunes. Centralidade da Câmara Municipal de São Paulo no processo decisório. In: ANDRADE, Régis de Castro (Org.). *Processo de governo no município e no Estado*. São Paulo: Edusp, 1998.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp, 2002.

SAMUELS, David. Financiamento de campanha e eleições no Brasil. In: BENEVIDES, Maria Vitória e outros (Org.). *Reforma política e cidadania*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 364-291.

SANTOS, Fabiano (Org.). *O poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SANTOS, Fabiano. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil – 1946-99. In: BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli & SANTOS, Fabiano. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

SANTOS, Fabiano. Microfundamentos do clientelismo político no Brasil 1959-1963. *Dados*, v. 38, n. 3, Rio de Janeiro, 1995, p. 459-496.

SETZLER, M. *Democratizing urban Brazil: institutional legacies and determinants of accountability in local elections and legislatures*. Paper presented at the Lasa, Miami, 2000.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1990.

SOUZA, Renato Barreto. Clientelismo e voto na Califórnia fluminense. 28º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2004. CD Rom.

TABAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. IN: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEIXEIRA, M. A. A. *Clientelismo e voto na cidade de São Paulo 1993/1999: uma análise das Relações Executivo Legislativo e seus impactos no sistema políticos local*. São Paulo. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais, PUC/SP, 2000.

**Anexo I**  
**Apoio do Governador aos Prefeitos nas Coligações Eleitorais –**  
**Alagoas - 2004**

<b>Cidade</b>	<b>Partido do Prefeito</b>	<b>Coligação do Prefeito</b>	<b>Apoio Partido do Governador</b>
Água Branca	<i>PSB</i>	PP / PT // PMN / PSB	X
Arapiraca	<i>PMDB</i>	PMDB / PSC / PAN / PRTB / PHS / PMN / PTC / PRP / PSDB / PC do B / PT do B	-
Batalha	<i>PMDB</i>	PDT / PTB / PMDB / PMN / PSDB	-
Delmiro Gouveia	<i>PDT</i>	PDT / PT / PPS / PSB / PV / PRONA / PC do B	X
Maragogi	<i>PTB</i>	PDT / PT / PTB / PMDB / PSC / PL / PPS	-
Palmeira dos Índios	<i>PTB</i>	PT / PTB / PTN / PTC	-
Penedo	<i>PSB</i>	PSB / PMDB / PSL / PT do B / PRONA	X
Santana do Ipanema	<i>PTB</i>	PTB / PMN / PRTB / PT / PDT / PTC	-
São Luís do Quitunde	<i>PDT</i>	PDT / PPS / PFL / PTC / PSB / PRONA / PC do B	X
São Miguel dos Campos	<i>PMDB</i>	PSDB	-
Traipú	<i>PSDB</i>	PTB / PSC / PL / PPS / PTC / PRP / PSDB	-
União dos Palmares	<i>PTB</i>	PDT / PTB / PSL / PTN / PSC / PFL / PAN / PMN / PTC / PRP / PSDB / PT	-
<b>Total</b>	<b>12</b>		<b>4</b>

Fonte: TSE – Tribunal Superior Eleitoral



### Apoio do Governador aos Prefeitos nas Coligações Eleitorais – Santa Catarina - 2004

Cidade	Partido do Prefeito	Coligação do Prefeito	Apoio Partido do Governador
Alfredo Wagner	PMDB	PMDB / PP	X
Araranguá	PP	PP / PPS	-
Blumenau	PFL	PP / PSL / PTN / PFL / PRTB / PHS / PTC / PT do B	-
Canoinhas	PMDB	PMDB / PSDB / PPS / PRP / PL / PSB / PMN	X
Chapecó	PFL	PFL / PP / PTB / PPS / PSDC / PV	-
Concórdia	PT	PT / PPS / PDT / PTB / PSB / PL / PV	-
Criciúma	PT	PMDB / PSC / PL / PPS	X
Curitibanos	PFL	PFL / PP / PSDB / PDT / PPS	-
Itajaí	PT	PDT / PT / PMDB / PSC / PL / PSDC / PHS / PMN / PV / PC do B	X
Ituporanga	PP	PP / PTB / PL / PPS / PFL / PSDB	X
Joaçaba	PMDB	PMDB / PSB / PDT / PFL / PPS / PL / PTB	X
Joinville	PSDB	PSDB / PMDB / PTB / PPS / PL / PFL / PAN / PCB / PMN / PRONA / PRP / PSC / PSDC / PSL / PTC / PT do B / PTN / PV	X
Lages	PFL	PP / PDT / PSL / PTN / PSC / PL / PFL / PAN / PSDC / PHS / PMN / PTC	-
Rio do Sul	PP	PP / PDT / PTB / PTN / PSC / PL / PPS / PFL / PSDB	-
São Bento do Sul	PMDB	PMDB / PSB	X
São Miguel do Oeste	PMDB	PDT / PMDB / PSL / PPS / PSDB	X
Tijucas	PMDB	PDT / PT / PTB / PMDB	X
Tubarão	PSDB	PP / PDT / PFL / PTC / PSB / PSDB	-
Xanxerê	PFL	PFL / PSDB / PPS / PL	-
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>125</b>	<b>10</b>

Fonte: TSE – Tribunal Superior Eleitoral.

## Apoio do Governador aos Prefeitos nas Coligações Eleitorais – São Paulo - 2004

Cidade	Partido do Prefeito	Coligação do Prefeito	Apoio Partido do Governador
Adamantina	PFL	PPS / PFL / PRTB	-
Andradina	PPS	PPS / PL / PSDC / PRP	-
Araçatuba	PFL	PMDB / PSC / PL / PFL / PAN / PHS / PMN / PTC / PSDB / PRONA	X
Araraquara	PT	PT / PSB / PC do B / PPS / PV / PL	-
Assis	PFL	PMDB / PFL / PSB / PV	-
Avaré	PL	PP / PDT / PSC / PL / PFL / PRP	-
Barretos	PPS	PP / PPS / PFL	-
Bauru	PDT	PDT / PMDB / PSDC / PMN / PC do B	-
Botucatu	PT	PT / PCB / PC do B / PPS / PSB	-
Bragança Paulista	PFL	PFL / PT do B / PRONA / PRP / PSC / PSDC / PAN / PMN / PRTB / PTC / PDT	-
Campinas	PDT	PDT / PMDB / PFL	-
Caraguatatuba	PSDB	PP / PTB / PTN / PL / PPS / PFL / PSDC / PHS / PSDB	X
Catanduva	PSDB	PL / PFL / PSDC / PRP / PSDB / PT do B / PPS / PSB	X
Cruzeiro	PMDB	PTB / PMDB / PSL / PTN / PPS / PAN / PRP	-
Dracena	PSDB	PSDB / PMDB / PRP / PPS / PL	X
Fernandópolis	PP	PP / PDT / PTB / PFL / PHS / PSB	-
Franca	PSDB	PDT / PTB / PV / PSDB	X
Guaratinguetá	PFL	PPS / PFL / PSDC / PRP	-
Itapetininga	PMDB	PTB / PMDB / PSL / PMN / PSB / PRP / PC do B	-
Itapeva	PT	PT / PTB / PC do B / PMDB / PSDC	-
Jales	PT	PT / PPS / PSB	-
Jaú	PSDB	PSDB / PSB / PPS / PFL / PDT / PSC / PL	X
Jundiáí	PSDB	PSDB / PHS / PSDC / PTB / PSC / PT do B / PTC / PSB / PSL / PAN / PTN / PP / PRP	-
Limeira	PDT	PDT / PTB / PMDB / PTN / PL / PRTB / PHS / PMN / PC do B	-
Lins	PMDB	PSDB / PP / PTB / PL / PPS / PFL / PRTB / PV / PRP / PT do B	X
Marília	PSDB	PMDB / PL / PPS / PSB / PSDB	X
Ourinhos	PSDB	PP / PMDB / PSC / PPS / PFL / PRTB / PMN / PV / PRP / PSDB	X
Piracicaba	PSDB	PSDB / PP / PTB / PFL / PHS / PSB	X
Presidente Prudente	PTB	PTB / PSC / PRTB / PRP	-
Registro	PMDB	PP / PDT / PMDB / PSL / PL / PPS / PFL / PHS / PMN / PTC / PSB / PV / PRP / PSDB	X
Ribeirão Preto	PSDB	PSL / PSC / PTC / PSDB	X
Rio Claro	PFL	PP / PTB / PSL / PL / PFL / PHS / PSB	-
Santos	PMDB	PP / PMDB / PFL / PRONA / PT do B	-
São Carlos	PT	PDT / PT / PMDB / PTN / PC do B	-
São João da Boa Vista	PMDB	PMDB / PTC	-
São Joaquim da Barra	PT	PT / PL / PSB / PV / PC do B	-
São José do Rio Preto	PPS	PP / PMDB / PTN / PSC / PL / PPS / PRP / PC do B / PT do B	-
São José dos Campos	PSDB	PSL / PTN / PL / PPS / PSB / PSDB	X
Sorocaba	PSDB	PSDB / PP / PDT / PSL / PL / PTC	X
Taubaté	PSDB	PP / PDT / PTB / PTN / PSC / PAN / PSDC / PRTB / PMN / PTC / PV / PSDB	X
Tupã	PSDB	PP / PTB / PPS / PFL / PMN / PSB / PRP / PSDB	X
Votuporanga	PSDB	PDT / PTB / PMDB / PSC / PL / PFL / PSDC / PSB / PV / PSDB	X
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>175</b>	<b>17</b>

Fonte: TSE – Tribunal Superior Eleitoral